

# O País no centro das atenções.

## Mas mal compreendido.

Pelo menos no desfecho da Assembleia Geral do FMI, deste ano, não há pânico financeiro como na de Toronto, no ano passado. Porém há incerteza, principalmente a respeito do problema que nunca esteve na agenda de assuntos oficiais da Assembleia, mas acabou atraindo todas as atenções: o problema do Brasil.

Por caminhos de discutível reputação chegamos afinal a conquistar notoriedade. O Brasil foi a vedete do encontro. Excessivo número de pessoas aí associa notoriedade com importância. Aqui, no Hemisfério Norte, a notoriedade é mais sinônimo de mau gosto. E a importância deriva de outros atributos.

Hoje as cerimônias de encerramento da Assembleia não deverão ser mais do que protocolares. Sempre há expectativa de algo sensacional de última hora, mas nunca vi essa expectativa concretizada.

### Continua a recessão

Dentro da incerteza sobre o desfecho do pacote de resgate financeiro do Brasil aqui montado, existe uma certeza: este esquema não contempla a menor possibilidade de retomada do crescimento econômico, que é o que nos interessava e continua interessando.

Aliás é um esquema condicionado, na verdade, a uma política de aprofundamento à curto prazo da recessão, embora sob o argumento de que prepara o caminho para a recuperação posterior.

Há uma idéia generalizada aqui, aliás refletida no famoso editorial do Wall Street Journal, de que o Brasil não pode ter nenhuma hesitação em aplicar o programa do FMI porque a alternativa seria um "horrendo desastre" interno como disse o jornal.

Não encontrei, em lugar nenhum, a percepção clara de que a escolha talvez não seja exatamente assim. Mas entre as condições do FMI e um outro tipo de regime político e econômico.

Minto. Talvez haja alguma percepção disso, nas palavras de Riordan Roett, perante a comissão de política econômica internacional do Senado norte-americano, antontem de manhã. Esse senhor Roett é presidente do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade John Hopkins, aqui em Washington, e conselheiro do Chase Manhattan Bank. O que ele disse é que, na hipótese do atual arranjo institucional no Brasil descontrolar-se, um grupo de militares nacionalistas extremados poderia ascender ao poder.

Nós talvez pudéssemos ajudá-lo a ter uma visão mais completa das coisas lembrando que, neste momento, qualquer grupo — militar ou não — que estivesse no governo brasileiro e propusesse um rompimento completo com a comunidade financeira internacional seguido de fechamento da economia brasileira ao resto do mundo, seria provavelmente aplaudido em cena aberta pelas mais esdrúxulas e desencontradas correntes de opinião, além de coroada com uma áurea de heroísmo.

Todos aqueles que têm uma visão realista das coisas sabem a que nos conduziria isto a longo prazo.

Mas, de imediato, a economia interna talvez até se beneficiasse e o que os banqueiros aqui nem imaginam é que uma economia de tipo nasserista tem provavelmente condições técnicas de funcionar no Brasil, durante período prologando, com resultados que para as grandes massas não parecerão piores do que os atuais.

### Saída política?

É absolutamente impossível explicar a financistas que embora isto não seja um desejo das pessoas mais responsáveis, nem seja objetivo de governo, pode tornar-se eventualmente uma saída política inevitável diante da falta de saída para o impasse financeiro. Quando se lhes coloca tal perspectiva, eles adotam a postura inteiramente idiota de pensar que o interlocutor deseja tal saída, ou então que isso não pode acontecer porque "seria um suicídio" para o Brasil.

Parecem não ter conhecimento do fato de que governos não são países e que, muitas vezes, uma política que a longo prazo é de fato suicida para um país pode ser, em caráter conjuntural, salvadora para um governo.

Enfim, para nós o que esta reunião aqui trouxe foi a possibilidade técnica — ainda não comprovada, mas delineada — de continuarmos fazendo pagamentos externos essenciais e racionadíssimos nos próximos meses. Só isso e mais nada.

Mas para isso não podemos expandir a atividade econômica e nem mesmo criar uma perspectiva de recuperação gradual dos níveis de emprego.

Estaremos talvez em dia com nossas obrigações bancárias. Mas não estaremos garantidamente contribuindo para a preservação da economia de mercado, do sistema de livre empresa e da democracia ocidental. Para isso precisamos de progresso, que, como disse o presidente Reagan, é a base da segurança e da liberdade.

**Marco Antonio Rocha,**  
enviado especial.